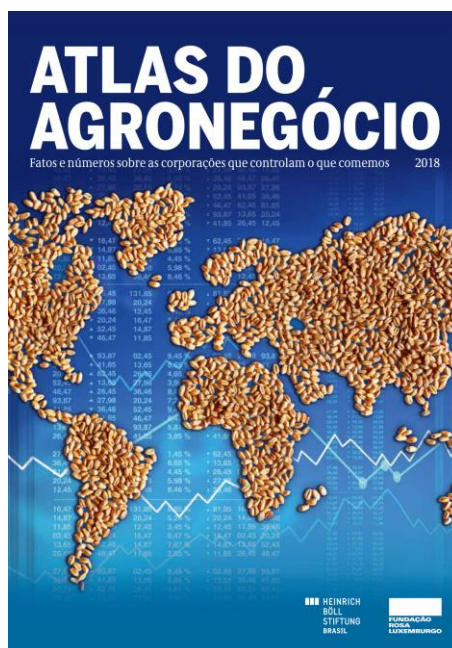


RESENHA

ATLAS DO AGRONEGÓCIO: FATOS E NÚMEROS SOBRE AS CORPORAÇÕES QUE CONTROLAM O QUE COMEMOS (2018)

Rik Ferreira Alves¹ <https://orcid.org/0000-0002-8084-7951>

¹ Graduando em Geografia - Universidade Estadual de Montes Claros. Bolsista de Iniciação Científica – CNPq no Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários – NEPRA/Unimontes. E-mail: rikferreiraalves@gmail.com



O “Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos” (2018), é resultado do trabalho da fundação brasileira Rosa Luxemburgo em conjunto com a fundação alemã Heinrich Böll de identificar quem são as grandes produtoras de alimentos no Brasil, como produzem e de que forma estas se inserem no nosso cotidiano. A obra toma como referencial o mote da propaganda veiculada nas mídias de massa: “Agro é tec, agro é pop, agro é tudo” e, para além da imagem construída pelo marketing, revela uma



realidade de concentração de terras e de centralização do capital em poucas empresas transnacionais, comumente associada a problemas ambientais, como a redução de biodiversidade e problemas sociais, como o agravamento de disputas por terra.

O trabalho é dividido em vinte e dois capítulos. O capítulo “Supersize me” é o primeiro e trata das origens e evolução do sistema agrícola industrial, desde o surgimento deste modo de produção no século XIX até a situação atual, passando pelas transformações do pós-guerra e surgimento de supermercados self-service.

No segundo capítulo “Um grupo controla todos” o foco recai sobre como grupo 3G Capital se tornou uma das gigantes do ramo de alimentos através de sucessivas aquisições de empresas concorrentes, mas destacando que esta é uma estratégia seguida por outras grandes empresas, absorvendo outras menores e em ascensão.

Nos dois primeiros capítulos, os autores buscam retratar o processo de crescimento das grandes corporações do setor alimentício através das fusões que se intensificaram nas últimas décadas, o que destaca as empresas deste setor frente às do segmento de telecomunicações e farmacêutica, por exemplo. No texto fica evidente que a hegemonia de empresas gigantes do setor alimentício, como a Nestlé e JBS, também deve ao processo de liberalização ocorrido nos países em desenvolvimento após a década de 1980, resultando em um fraco controle estatal sobre os mercados de *commodities*.

O capítulo “Quem são os donos da terra no Brasil?”, terceiro do livro, transfere a análise histórica para o Brasil, ressaltando a questão da concentração da posse de terras. Suas origens remontam ao segundo reinado e persistem até os dias de hoje como consequência da escravidão no país. Outros pontos levantados são: a ocupação irregular de terras públicas; a apropriação do uso da terra pelas grandes companhias; o avanço da fronteira agrícola e o crescente número de disputas por terra.

No que tange à modernização do campo, “Manobras digitais – quando tratores funcionam online”, o quarto capítulo, versa sobre como os avanços nesta área se colocam como alternativas sustentáveis, mas que produzem externalidades como desemprego e concentração de capital no momento em que tais tecnologias estão disponíveis apenas aos grandes produtores. O capítulo “Agrotóxicos para o solo” trata do mercado de fertilizantes e traz à luz o aumento do consumo deste insumo agrícola nas últimas décadas e sua relação com questões ambientais e de saúde pública, no Brasil e no mundo.

No capítulo seis, “De sete para quatro – hegemônizando o mercado”, o foco recai sobre as fusões e formação de empresas gigantes, mas do ramo de sementes e agrotóxicos. Desta vez, marcas menos cotidianas como Monsanto, Bayer e Du Pont ganham atenção por

serem empresas que aproveitaram seu know how em fabricação de produtos químicos para produzir plantas geneticamente modificadas e agrotóxicos adequados a cada variedade.

Em “O pop do agro”, os autores mostram como o Brasil tem se tornado um dos maiores mercados consumidores de agrotóxicos no mundo e como a não regulação destes produtos tem contribuído para a formação desse cenário. Para além da manipulação genética de vegetais, o oitavo capítulo “No princípio havia a patente” abre a discussão sobre a manipulação genética de animais. Este é um mercado em ascensão e que recebe muitos investimentos, mas problemas de saúde nos animais e desequilíbrio ecológico das espécies ainda são problemas latentes.

Biofortificação é o nome dado para o processo de enriquecer alimentos com micronutrientes, como o ferro, por exemplo. No entanto, como o capítulo “Nem mais forte, nem mais saudável” aponta, este nome carrega problemas como a ideia de que outros alimentos têm a necessidade de serem fortificados ou que a alimentação tem menos a ver com o preparo dos alimentos do que com a simples ingestão de nutrientes.

Na última década, a empresa chinesa Cofco vem ganhando espaço no mercado internacional de commodities, é o que mostra o capítulo dez “Comida, ração ou energia?”. Isto, além de representar a expansão da China no mercado internacional de commodities, demonstra o já descrito fenômeno da concentração de capitais nas mãos de poucas empresas transnacionais.

Fica evidente nos capítulos três a dez que a alta concentração de terras e o uso de técnicas restritivas na produção são dois grandes fatores para a manutenção dos monopólios do setor alimentício no Brasil, pois os pequenos produtores nem sempre têm condições de expandir a escala da produção através da aquisição de terras ou do uso de máquinas mais eficientes. Ademais, o uso indiscriminado de agrotóxicos e a da manipulação genética têm acarretado problemas ambientais como poluição do solo e redução da variabilidade genética de espécies.

A produção de alimentos processados também não escapa à concentração do mercado. O décimo primeiro capítulo “Marcas dominando mercados” mostra que, apesar da alta concorrência com produtos regionais, poucas marcas predominam no mercado mundial e que hábitos alimentares têm mudado ao redor do mundo como consequência deste processo. O décimo segundo capítulo é dedicado ao mercado de carnes. Em “Instinto selvagem” são apresentadas as grandes produtoras mundiais de carne, um panorama do mercado atualmente e uma correlação com problemas sociais e de saúde pública.

A forma como as grandes empresas de alimentos têm se estabelecido em cada país no mundo está descrita no décimo terceiro capítulo “Em controle, não sob controle”. Ao passo que os acordos comerciais determinam as regras do comércio global, as multinacionais pressionam os governos no sentido de facilitar o movimento de capital entre as fronteiras. Os autores também apontam que os governos, mesmo dos países mais desenvolvidos, não foram efetivos ao regulamentar o agronegócio visando impedir a formação de monopólios, sendo que os órgãos de proteção à concorrência ainda estão surgindo nos países em desenvolvimento.

As relações entre China e Brasil estão descritas no capítulo quatorze “Empresas públicas e privadas em busca de novas terras”. No contexto de seu rápido crescimento econômico, a China vem buscando acordos de terras cultiváveis em países em desenvolvimento, tendo em vista que a insegurança alimentar é uma grande preocupação para o país. Hoje, a China é o maior parceiro comercial do Brasil e nas últimas décadas, várias empresas chinesas têm comprado terras no Cerrado, contribuindo para a expansão da fronteira agrícola no Brasil.

Para além dos problemas ambientais, o agronegócio também traz graves problemas sociais relativos às condições de trabalho dos empregados. O não cumprimento das legislações trabalhistas nos países tem motivado iniciativas de criação de normas vinculantes internacionais, como é apresentado no décimo quinto capítulo “Poder de mercado e direitos humanos”. No Brasil, o lobby do agronegócio é analisado mais profundamente no capítulo dezesseis “O agro é lobby: a bancada ruralista no congresso”. Para além das questões trabalhistas, pautas como a criminalização de movimentos sociais e disputas por terra contra indígenas e quilombolas têm estado presente no congresso por intermédio da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que vêm representando os interesses do agronegócio no poder público.

No décimo sétimo capítulo “De vitrine a vidraça” os autores aprofundam na questão do trabalho escravo no Brasil, no contexto da expansão do agronegócio. É dado destaque ao relaxamento de normas trabalhistas, principalmente em decorrência da aprovação da Reforma Trabalhista em 2017, e às normas que dificultaram a identificação e punição de empresas que empregam mão de obra escrava, como a Portaria 1.129/2017. No entanto, os autores ressaltam a importância da “lista suja”, documento que arrola empresas flagradas com mão de obra escrava, na fiscalização por parte da sociedade civil.

O capítulo dezoito “Investidores se preocupam com a produção – não com quem produz” fica responsável por apresentar o agronegócio no mercado de capitais. Na esteira da

flexibilização das regras do mercado o agronegócio tem se tornado cada vez mais atrativo para os investidores. O distanciamento do mercado financeiro em relação ao cotidiano das pessoas ligadas à produção de alimentos é grande, de forma que a financeirização das commodities tem acelerado o mercado de compra e venda de terras após o ano 2000, o que, em última instância, tem responsabilidade no aumento dos preços de grãos entre outras coisas.

Outra questão social trazida junto com o crescimento do agronegócio no país é o acirramento das disputas por terra, como é mostrado no décimo nono capítulo “Lutas de morte ou vida”. Conforme o texto, o poder público tem tido um forte papel neste cenário onde há uma tendência de crescimento de homicídios no campo nos últimos anos ao se furta de reconhecer os direitos à terra de povos tradicionais.

O vigésimo capítulo “Do fake saudável à gourmetização” discorre sobre como o mercado consumidor tem se colocado frente a algumas dessas questões e como as empresas têm reagido. A crescente demanda por produtos mais saudáveis encontrou no fake saudável, como sucos prontos e chás, uma alternativa aos produtos ultraprocessados. No entanto, são *fake* geralmente porque estes não apresentam índices de açúcares e gorduras muito menores que os concorrentes. E mesmo quem decide se alimentar de forma realmente saudável se depara com um mercado altamente seletivo que, frente ao monopólio das empresas gigantes, serve para aumentar o intervalo da desigualdade social no país.

Nos dois últimos capítulos são apresentadas alternativas à realidade retratada no Atlas. Em “Em busca de um novo caminho” é apresentado o conceito de agroecologia, um modelo de produção descentralizado que visa reduzir os impactos sociais e ambientais da produção de alimentos, e exemplos de lugares onde foi aplicado. No capítulo “Agroecologia no Brasil”, o último do livro, é apresentado um panorama da evolução da agroecologia no Brasil e sua situação no presente, que é bastante incipiente e concentrada na região Sudeste.

O “Atlas do agronegócio” se propõe a apresentar de forma crítica um retrato do mercado de alimentos no mundo, ressaltando a situação do Brasil neste cenário. O panorama histórico da concentração de empresas alimentícias evidencia o papel da política institucional neste processo, através da fraca atuação dos Estados nacionais no sentido de regulamentar o mercado.

É característica deste fenômeno no Brasil a forte presença do *lobby* junto aos gestores públicos e legisladores e a não observância de direitos e garantias fundamentais dos cidadãos. Outro ponto discutido no texto é a oferta onipresente de alimentos potencialmente prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente, que limita as opções alimentares da população de baixa renda.

O “Atlas do agronegócio” expõe o conteúdo de forma bastante concisa e visual, com uma estética semelhante à de revistas e jornais e coerente com a maneira com que se consome conteúdo atualmente, sem perder em fundamentação teórica e empírica. No entanto, há a necessidade de chamar a atenção do leitor para desvios de padrões na confecção das visualizações gráficas, como escalas truncadas e transformadas. Sendo assim, é uma obra que contribui para apresentar um retrato do agronegócio no Brasil e no mundo a todos que estudam o tema, independente de área.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena. **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

Artigo recebido em: 02 fevereiro de 2021

Artigo aceito em: 05 de março de 2021.

Artigo publicado em: 05 de abril de 2021.